

Novas estratégias de desenvolvimento regional: elementos para reflexão

Livio Andrade Wanderley*
André Maia Gomes Lages**

Resumo

Este artigo se propõe a fazer uma reflexão sobre os novos arranjos institucionais da economia regional contemporânea. Para isso, parte do princípio da endogeneidade do desenvolvimento, sob a égide do movimento de globalização, o qual tem imprimido o ritmo da economia mundial nas duas últimas décadas. Nesse contexto, busca interagir com novos elementos conceituais, que justifiquem a capacidade das aglomerações industriais e/ou distritos industriais darem a uma determinada região uma sugestiva competitividade para seus atores econômicos, geralmente articulados a uma cadeia produtiva significativa.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, globalização, ativo específico regional.

Abstract

This article aims to make a reflection upon the new institutional arrangements of the contemporaneous regional economy. To do so, starts from the principle of endogeneity of the development in the context of the globalization motion, which has paced the rhythm of the world economy in the last two decades. In this context, seeks to interact new conceptual elements, which justify the capacity of industrial clusters and/or industrial districts to provide a given region a suggestive competitiveness to its economic actors, generally articulated in a significant productive chain.

Key words: regional development, globalization, specific regional asset.

INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento é a motivação básica para se fundamentar os caminhos teóricos no pensar a economia, fazendo-se necessário partir do princípio de que o seu objetivo é buscar a estabilidade econômica e o crescimento auto-sustentável. Nesses propósitos se pressupõem o crescimento da capacidade produtiva e a distribuição social do produto, que se rebate na questão da criação do emprego e da renda. Várias reflexões so-

bre estratégias de desenvolvimento regional têm sido pensadas e aplicadas, as quais são resultados de determinadas realidades que materializam todo um processo de formação social e histórica de um dado país, região ou local, ressaltando-se que, para cada realidade que se apresenta, impõe-se formas particulares de avaliações e ações.

A base analítica das estratégias tradicionais de desenvolvimento, no contexto da região ou do local, adota, como referência, o espaço local, regional ou nacional. É também pré-requisito a exigência de um dado estoque de capital e de um dado padrão tecnológico, o que permite operar com uma estrutura produtiva sem rupturas. No âmbito da amplitude espacial que adota a região ou o país como objeto de análise, apreendem-se as perspectivas intra e inter-regionais, as quais apresentam

* Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), e professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (CME/UFBA). livio@ufba.br

** Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Universidade Federal de Alagoas (SER/CECA/UFAL). alages@rionet.com.br

como base de dinamismo econômico, respectivamente, as relações de comércio inter-regionais e/ou internacionais, e a integração fundada na interdependência de cadeias produtivas no interior de um espaço regional ou nacional.

A visão intra-regional reflete um modelo de produção econômica autárquica, sob a hegemonia do capital local, tendo como meta o fortalecimento de mercados internos. A sua fundamentação encontra-se nas várias versões da teoria pura de comércio, que estão ancoradas nas vantagens comparativas estáticas, caracterizando a integração entre regiões ou países através da movimentação do capital mercantil. A visão inter-regional reflete a nacionalização da integração da produção e do mercado. Em termos teóricos, se baseiam em modelos de desenvolvimento regional, que incorporam análises de natureza estrutural, com o enfoque dinâmico das vantagens comparativas, e da imprescindível presença do Estado.¹ A integração inter-regional é feita através da hegemonia do capital produtivo nacional, segundo deslocamentos de investimentos de uma região para outra, de maneira a formar um mercado integrado nacionalmente.

Nas duas últimas décadas, ocorreram mudanças profundas no funcionamento da economia, em razão da introdução de um novo padrão tecnológico, o qual provocou rupturas nas estruturas de produção, gestão e comercialização. Nesse ambiente, dois movimentos simultâneos e não excludentes têm-se apresentado: um global e outro local. Trata-se da então fase da globalização da economia mundial e da hegemonia do capital internacional sobre o capital nacional, regional e/ou local. A referência analítica do espaço, para efeito de estratégia de desenvolvimento, tem sido feita de maneira fragmentada, emergindo-se a questão discutível da autonomia regional e/ou local. Esse fato evidencia uma base endógena de desenvolvimento, materializando-se em sistemas produtivos locais globaliza-

dos, sendo denominados por alguns autores, como Storper (1994), de áreas glocalizadas.

A atual visão da fragmentação regional emana uma dúvida em relação à existência de uma estratégia de desenvolvimento. O Estado planejador, sintonizado com a integração regional e/ou nacional, sai de cena e apresenta-se, em seu lugar, um Estado regulador, atrelado às agências regulatórias, do tipo ANP, ANEEL, ANATEL etc., teleguiadas pelo princípio liberal de mercado. Dessa forma, a escala local, regional ou nacional deixa de ser o objeto, para ser o sujeito de análise, pois exige-se, para cada dimensão da amplitude espacial em suas correspondentes escalas, a existência de atributos de natureza material (infra-estrutura básica, incentivos fiscais e financeiros etc.) e imaterial (produção e gestão flexível, condições de aprendizados etc.) e de valores históricos e culturais.

As transformações vividas pela economia, nas décadas de 80 e 90, apresentaram novos elementos, que reconfiguraram os vetores da produção, do mercado e das relações internacionais. Uma reflexão sobre novas estratégias de desenvolvimento regional precisa passar, inevitavelmente, pelos estudos envolvendo os arranjos econômicos e institucionais, ao tempo em que se deve situar os fundamentos teóricos e empíricos da atividade econômica que, em suas mudanças, geraram novas referências norteadoras da dinâmica da reprodução da economia de mercado.

Durante as décadas do pós-guerra até o início dos anos 70, a teoria keynesiana foi base na gestão macroeconômica do ocidente. Essa gestão se deu a partir da ação planejada do Estado e da regulação de mercado, via política econômica, estimulando a industrialização em várias partes do mundo. Esse modo de atuação era caracterizado pela presença dos gastos públicos, enquanto estimulador da demanda agregada. No âmbito microeconômico, o sistema fordista de produção operava em consonância com um tipo de tecnologia rígida. O período marcou uma fase em que muito se refletiu sobre a temática do desenvolvimento, tendo

como paradigma a industrialização das economias centrais e periféricas. Essa forma de governança combinava bem com a idéia de vantagens comparativas dinâmica e com ciclos de produto longos.

Dois acontecimentos foram decisivos como ponto de inflexão da economia contemporânea: um de ordem estrutural, com o aparecimento de novas tecnologias rompendo com o padrão técnico até então vigente, e outro de natureza conjuntural, o qual se deveu à decisão de política econômica mudando as regras do jogo até então em vigor.

A nova ordem estrutural apoiou-se na terceira revolução tecnológica, na medida em que provocou rompimentos nos sistemas de produção, gestão e mercado, bem como no perfil da mão-de-obra e na componente espacial da economia. A produção passou a ser automatizada através de programas computacionais e de máquinas polivalentes e mundiais,² rebatendo-se nos processos de desintegração vertical de indústrias. A gestão empresarial incorporou as práticas do *just in time*, *kaban*, *CQT*, etc. O mercado passou a contar com sistemas de parcerias e confiabilidade nas relações entre empresas e seus fornecedores, e de bens de alto teor tecnológico, visando à competitividade. No âmbito do trabalho, passou-se a exigir um tipo de mão-de-obra polivalente e multifuncional. Na questão espacial, a região deixa de ser passiva de ações exógenas de planejamento público centralizado e passa a ser sujeito de sua história, com maior autonomia em suas decisões econômicas. As potencialidades locais, nas suas mais diversas manifestações, sejam culturais ou econômicas, passam a ser mais valorizadas nas decisões locais de investimento produtivos.

A questão conjuntural se deu com a suspensão unilateral, pelos Estados Unidos, da conversibilidade do dólar em ouro, no ano de 1971, mudando o sistema de paridade em relação às demais moedas, e resultando no fim do regime de câmbio fixo de *Bretton Woods* e, por conseguinte, na prática de uma política cambial flexível e administrada. Esse fato inicia um processo de desregulamentação econômica, em que tem como ponto de partida

a intensificação da financeirização da economia mundial. Aliado a isso, na década de 70, ocorreu a perda de vigor do *welfare state*, com fenômenos muitos significativos, do tipo de crises do petróleo, estagflação e do juro. Diante desses acontecimentos, se inicia um processo de desregulamentação da economia ancorada em princípios neoliberais.

Dado esse quadro, constatou-se que, a partir do final dos anos 70, países e/ou indústrias que operavam com sistema de produção rígido, de base fordista, apresentaram pouco dinamismo,³ refletindo em um baixo crescimento econômico mundial. Contudo, detectou-se um dinamismo econômico em regiões, a exemplo da terceira Itália, que adotavam o modelo de distritos industriais de especialização flexível, de inspiração marshalliana. As regiões que optaram por um novo modelo microeconômico de organização industrial tiveram mais êxito, enquanto, as que ainda não tinham consolidado mudanças nas suas estruturas de produção e gestão, apresentaram baixo dinamismo em seus indicadores macroeconômicos de crescimento. Assim, tornou-se referência os distritos industriais que, segundo Becattini (1979), assemelham-se ao conceito de Marshall (1982) de indústrias localizadas e constituídas de pequenas empresas. Esse modelo industrial foi aplicado em várias regiões e gerou novas interpretações sobre estratégias de desenvolvimento regional, tendo a componente endógena como referência.⁴

Esse cenário de desenvolvimento regional faz emergir algumas questões que são passíveis de reflexões. A questão básica deste artigo trata de correlacionar alguns fundamentos que dão sustentação às leituras sobre o desenvolvimento endógeno, associados aos atributos ligados à endogenia entre a região e a indústria. Nesse sentido, faz-se breves referências sobre novos estudos de crescimento econômico, da região como o sujeito de análise e dos novos arranjos institucionais da produção. Dessa forma, o artigo se propõe a levantar considerações sobre alguns elementos que possam contri-

¹ As vantagens comparativas dinâmicas se baseiam na industrialização de países especializados em bens primários, como forma de reverter as perdas internacionais de comércio.

² Nesse período, várias indústrias passavam por um processo de mudança estrutural em sua base de produção e gestão.

³ Segundo Piore e Sabel (1984), esses distritos eram situações particulares de um contexto mais abrangente, pois a grande empresa fordista também criaria meios de flexibilizar a sua produção.

buir para se pensar o desenvolvimento regional, dado que o quadro atual da economia contemporânea emerge de uma ruptura de padrões ortodoxos de análises, pois são incorporados nas análises de mercado os atributos institucionais e jurídicos de contratos, bem como a uma nova forma de se conceber uma determinada região dinâmica e apta para atrair investimentos.

Além desta introdução, o artigo contém mais três seções. A segunda seção faz uma breve interface teórica, envolvendo três aspectos: crescimento econômico, o papel da região ou local e os arranjos produtivos. A terceira seção trata de sistematizar a endogenia e a integração da indústria e da região, no sentido de contribuir na formatação de atributos que viabilize bases para a eficiência do desenvolvimento regional endógeno. A quarta seção apresenta algumas considerações finais sobre as reflexões feitas.

UMA INTERFACE TEÓRICA

Dadas as considerações feitas, a componente endógena é crucial para se pensar as novas estratégias de desenvolvimento regional, criando uma interface teórica, envolvendo novas formulações nos campos da teoria de crescimento econômico, na visão da região ou local no papel de sujeito ativo da ação e não como objeto passivo da ação, e nas configurações institucionais de arranjos produtivos.

Os atuais modelos de crescimento econômico incorporaram variáveis qualitativas em suas formulações macroeconômicas, em razão do novo padrão tecnológico, o que modificou a estrutura de processos de produção, requerendo, como matéria-prima, o conhecimento. Isso resultou na mudança do papel do capital e trabalho em sua capacidade de gerar mais economias de fluxo do que de estoque. O conhecimento passa a ser referência endógena para o crescimento econômico, apresentando-se um campo de estudo através das abordagens dos *Spillovers*, dos modelos lineares, e de modelos de linhagem neo-schumpeteriana. Essas

abordagens enfatizam, respectivamente, o papel do capital humano, da acumulação de capital e da inovação tecnológica.⁵

A posição referente à região-sujeito, parte de um contraponto em relação à estratégia de planejamento regional, mais conhecida como "do centro para baixo",⁶ pois passa a sustentar o argumento inverso, "de baixo para cima", abrindo duas vertentes de análise que se integram: a da própria região-sujeito e dos novos arranjos produtivos.

Resgatando Boisier (1989, p. 589-694), na construção de um novo paradigma, para as novas estratégias de ação regional, faz-se necessário atender aos seguintes aspectos: 1) a região deve ser o ator das ações de desenvolvimento, confundindo-se os espaços geográfico e socioeconômico; 2) a inclusão da interdisciplinaridade nas concepções e ações regionais; 3) o reconhecimento das realidades regionais específicas, exigindo-se formulações de políticas de desenvolvimento local. Dessa forma, a endogenia do novo desenvolvimento regional passa pelo nível de organização social da região.

A sustentação de uma estratégia de ação endógena, em um dado local ou região, na concepção de Boisier, deve integrar e converter a categoria crescimento econômico em estados de desenvolvimento, tendo como pré-requisito a organização articulada de várias clivagens de uma dada região: social, econômica, política e institucional. Em consequência, apreende-se que, a partir de uma situação de crescimento do produto, criam-se mecanismos de retenção e de reinvestimentos do capital acumulado na região. Assim se endogeniza o crescimento, na medida em que este é internalizado localmente, colocando-o como condição necessária, mas não o

⁵ Esses aspectos se integram em relação à cadeia criativa que se inicia com a inquietude, gerando a busca do aprendizado que rebete no conhecimento e, este, na criação e invenção que, em se materializando, resulta nas inovações técnicas da produção.

⁶ Ancorada no paradigma industrializante, no entorno de centros urbanos, e em decisões centralizadas das políticas macroeconômicas de desenvolvimento regional integrado em termo nacional.

suficiente para a existência de desenvolvimento regional ou local. A efetivação do desenvolvimento é, portanto, função tanto de um elevado grau de organização e interação das clivagens da região ou local, quanto da retenção do crescimento econômico em escala regional.

Apesar de não contestar a ação pública centralizada no desenvolvimento regional, Amaral Filho tem tratado essa questão se aproximando da posição de Boisier em relação à endogeneidade regional e aos mecanismos de acumulação interna. Isso fica evidente na citação a seguir:

o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como o processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedente proveniente de outras regiões. (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Os arranjos institucionais da produção podem ser interpretados, teoricamente, como a relação contratual, entre dois ou mais agentes econômicos, através do qual se define a forma de competição ou de cooperação entre eles, os quais têm surgido através de três categorias de ação endógena na região – *cluster*, distritos industriais e meio inovador –, provocando alguma confusão conceitual, que reflete a dificuldade de compreensão e identificação dos reais caminhos a serem considerados como instrumentos de análises. Isso se deve aos estudos ligados à organização industrial e à economia regional que, por muito tempo, foram tratadas como se não existisse ligação entre as duas áreas de estudo. No entanto, motivado pelos atuais padrões tecnológicos e pelas novas formas de gestões industriais, dentro de um ambiente de competição global, tem ocorrido uma maior proximidade e integração dessas áreas. Esse fato motivou uma reflexão, contida neste artigo, sobre o papel integrado da configuração e dinâmica da indústria e da região.

Um ponto de partida dessa aproximação passa pelas economias externas marshallianas, as quais

são geradas em razão da agregação regional de uma forma de organização industrial como mais um agente de produção, além dos tradicionais: capital, trabalho e terra (Marshall, 1982; Lages, 2003). Além desse fato, e com o aparecimento das formulações dos modelos de crescimento endógeno, variáveis de natureza qualitativa, como conhecimento, informação, pesquisa e capital humano, passaram a exercer um papel essencial nos estudos de organização industrial, através da relevância dos rendimentos crescentes e da economia regional, através das vantagens locais.

O êxito da componente endógena no desenvolvimento regional, fundado no modelo "de baixo para cima", segundo Amaral Filho (1996) referindo-se ao Brasil, envolve uma nova forma de participação econômica do Estado, uma sinergia entre os setores privado e público, em relação aos invest-

mentos, e a devida importância dos fatores qualitativos de produção.

Um novo formato de Estado nacional e federado deve adotar saneamentos fiscais em âmbitos locais, visando a formar poupanças e gerar condições de investimentos, bem como tornar o Estado mais ágil e mais integrado com a sociedade local. As sinergias entre os setores público e privado resultam da formação da infra-estrutura básica, via ações públicas que geram economias externas quanto à logística, custo de transação, viabilidade de mercado etc., propiciando motivações na criação de modelos de atividades aglomeradas geograficamente e especializadas setorialmente. A valorização dos fatores de natureza qualitativa – capital humano, conhecimento e informação, pesquisa, novas instituições etc. –, estimula a retenção de investimentos locais e atração de capital de outras localidades, contribuindo para a endogenia do desenvolvimento regional ou local.⁷

⁷ No Brasil, a definição dos marcos analíticos de intervenção do SEBRAE, nas suas ações regionais, tem sido característica dessas novas formas de geração de sinergias públicas-privadas.

REGIÃO E INDÚSTRIA: uma endogenia

Uma reflexão conceitual que fundamente o desenvolvimento regional em suas novas formas e formulações envolve, entre outros aspectos, a questão da eficiência necessária entre os agentes econômicos e atores sociais e institucionais, em suas clivagens industrial e regional. Pelo menos duas variáveis emergem nesta discussão: o preço e o custo de transação.

No contexto da empresa clássica e mercado competitivo, o preço sendo essencialmente um componente de curto prazo que possibilita uma comunicação instantânea entre os agentes da economia, não assegura, de forma efetiva, a decisão de investimento produtivo. O investimento, sendo uma variável de longo prazo, é condição necessária e suficiente para que ocorra o crescimento econômico. Dessa forma, o preço, como gerador de economias externas pecuniárias, não se presta a ser uma instituição eficaz para se estimular a endogeneidade do crescimento e o conseqüente desenvolvimento endógeno de uma dada região ou local.

Diante disso, se busca outros meios ou variáveis que possam substituir ou se juntar ao preço, visando a fundamentar a viabilidade do investimento e da eficiência econômica para a promoção do desenvolvimento. No papel de substituição do preço como ferramenta para nortear o investimento, têm-se através do argumento da implantação de uma *holding*, o instrumento de coordenação, comunicação e de planejamento dos agentes empresariais (Rosenstein-Rodan, 1969). Esse expediente se contextualiza no âmbito da teoria do desenvolvimento regional equilibrado, a qual tem, como principais autores, Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Sictovski.⁸ Essa teoria, apoiando-se na hipótese da integração intra-regional, justifica a eficácia dos investimentos industriais em uma região atrasada, através dos seguintes aspectos: a estabilidade e circularidade de mercado, a simultaneidade e a multiplicidade dos investimentos e a necessidade de uma *holding* que coordene e planeje a industrialização.

Como atributo que participa em conjunto ao preço, recorre-se à Teoria do Custo de Transação (TCT)

⁸ Aganwala; Singh (1969).

que tem em Coase (1993) a origem de sua formulação. A TCT, na medida em que estuda a economia a partir de atributos institucionais envolvendo o mercado e as normas operacionais e jurídicas de contratos, busca encontrar uma maior compreensão das relações econômicas entre empresas, no interior de uma indústria e/ou entre indústrias. Dessa forma, as análises dos custos de transações se propõem a reduzir os riscos de contratos e aumentar a eficiência econômica dando forma às malhas produtivas.

Coase, questionando o poder dos preços relativos na definição da alocação de fatores de produção, considera as variáveis institucionais no interior da empresa e da indústria como definidoras das ações empresariais. Com isso, foi colocado como relevante os atributos institucionais nas definições das transações como alternativa aos mecanismos de determinação dos preços, a partir apenas do mercado. Não obstante, dado que a abordagem dos custos de transação não substitui e, sim, se junta aos mecanismos de preços para as tomadas de decisões e fechamento de contratos, estes passam a ser híbridos, tendo influências mútuas dos preços e das negociações.

Dessa forma, a empresa coaseana tem um novo enfoque em que, segundo Siffert Filho (1995), as organizações produtivas, se constituindo de dois pontos extremos – empresa e mercado –, apresentam uma diversidade de formas de operações intermediárias que estão caracterizadas através de relações contratuais. Os balizamentos desses contratos envolvem também os mecanismos de preços, de tal forma que o seu grau de influência define um maior ou menor impacto do mercado na condução da uma dada transação. Não obstante, o que se questiona é o fato de se fazer necessário à implementação de uma estrutura organizacional na empresa, no sentido de se estabelecer economicamente e espacialmente.

Esse aspecto evidencia a avaliação do diferencial de custos de operações, entre as realizadas via mercado, via formalização de contratos entre empresas-fornecedores, ou via gestão interna à empresa, conforme foi formulado por Williamson (1986). A expansão das atividades empresariais e o seu crescimento em termos regionais se correlacionam

com as sinergias entre as diferentes atividades e setores da empresa e/ou da indústria, exigindo-se uma redução de custos de transação quanto maior existirem estas sinergias. Apreende-se que quanto mais intensos forem os níveis de comunicação, cooperação tecnológica, informações etc., entre empresas, nas atividades endógenas da empresa, e entre a indústria e a região, maiores serão as possibilidades de consolidação de contratos e efetivação de investimentos. Essa percepção da intensidade de interação entre os agentes em torno de elos de uma determinada cadeia ou de algumas cadeias produtivas, interagindo entre si, com um marco territorial definido, compele a noção seminal de arranjo produtivo local para a visão da competitividade setorial.

O trabalho seminal de Coase, de 1937, recebeu então uma nova formulação teórico-analítica a partir da contribuição de Williamson (1986; 1996). Esse autor, baseando-se em pressupostos de comportamento dos atores econômicos de racionalidade limitada (SIMON, 1990) e oportunismo, define que toda transação tem três atributos básicos: frequência, incerteza e especificidade de ativo. Dependendo do peso de cada um desses elementos, estará definida a forma que determina a firma interagirá numa transação. Essa interação pode ser de três maneiras básicas: diretamente via mercado, via contratos formais com fornecedores (estrutura híbrida), por exemplo, ou a opção da integração vertical.

O resultado da forma de interação não é tão simples, basta perceber que existem definidas seis formas de especificidades de ativos, ou seja: locacional, física, humano, dedicado, temporal, e marca.⁹ A força exacerbada de determinada especificidade de ativo pode, por exemplo, definir a necessidade de uma relação contratual menos casual do que aquela definida pelo mercado. Essa

⁹ De acordo com Siffert Filho (1995, p. 114), pode-se definir ativo específico "como aquele bem que, quando inserido em uma relação bilateral, aumenta a produtividade dos fatores. Outra forma de defini-lo é considerá-lo tanto mais específico quanto maior for o custo irrecuperável (*sunk cost*) associado ao seu emprego."

força pode, também, ter um poder local aglomerativo, segundo propõe Lages (2003). Esse poder regional, inclusive, fica claro com a proposição de mais uma especificidade de ativo: especificidade de ativo regional. Essa nova forma sugere que cada região guarda especificidades locais que podem defini-las como regiões potencialmente competitivas, se os investimentos forem no sentido de reforçar essa competitividade. O caso da região

Cada região guarda especificidades locais que podem defini-las como regiões potencialmente competitivas, se os investimentos forem no sentido de reforçar essa competitividade

vinícola do Rio Grande do Sul pode ser um exemplo. As condições edafoclimáticas favorecem significativamente a singularidade do tipo de vinho produzido localmente. Por outro lado, a qualidade da pele de ovinos e caprinos do agreste e sertão nordestino dão à região um diferencial de qualidade nesse aspecto, que foi percebido ser uma vantagem para a localização de

curtumes e fábricas de calçados de couro (LAGES, 2003, p. 132-133).

A esses exemplos, que se apóiam em fatores naturais, dando a conformação para a qualidade de insumos, sugere-se determinadas regiões dinâmicas, na medida em que elas possuem uma infraestrutura tangível – saneamento, portos, aeroportos, vias de transportes etc., e uma infraestrutura intangível – qualificação de pessoal, organização nas relações de trabalho, institutos de pesquisa, escolas etc. Dessa forma, a construção de uma região dinâmica envolve duas fases integradas no contexto das relações de insumo-produto: 1) a fase *ex-ante*, se refere a investimentos em infra-estruturas tangíveis e intangíveis, no interior de uma dada região, de forma que ela se torne um "ativo específico", atrativo para a implantação de indústrias, sendo os equipamentos, dessa região, os insumos e, a região passa a ser o produto; 2) a fase *ex-post* trata de investimentos ligados a setores de indústrias especializadas em determinados tipos de bens, tendo agora, como insumo, a disponibilidade do ativo regional e, como produto, a sua capacidade competitiva nos mercados regional, nacional e/ou internacional. Esse cenário nos mostra a integração e endogenia da região com a indústria, propiciando uma leitura em que o dinamismo regional ocorre

através de sinergias de investimentos em infra-estruturas e em indústrias competitivas.

Feitas essas considerações, verifica-se a proximidade e integração da análise de natureza empresarial e industrial, com a análise regional. Dessa maneira, para que o desenvolvimento regional endógeno aconteça de fato e que seja auto-sustentado, faz-se necessário introduzir uma ponte que viabilize a simbiose entre a indústria e a região. Tendo como base atributos institucionais, pode-se elaborar uma análise que privilegie a otimização conjunta industrial e regional. O ponto de partida para se iniciar essa proposta, a partir da noção marshalliana, envolve o modelo CWS (Coase, Williamson e Scott)¹⁰, o qual enfatiza a busca de eficiência econômica dos investimentos através da gestão competitiva, tendo como referência tanto a estrutura tecnológica da produção, quanto a escolha regional que viabilize ganhos de inversões.

Dado que esse modelo caracteriza-se através da busca de economias de gestão e, na medida em que o padrão de tecnologia rígida, associada aos princípios taylorista e fordista, passou a enfraquecer os ganhos empresariais, deduz-se à necessidade de uma reformulação nos circuitos internos e externos do processo de produção em relação à empresa e a indústria. Essa dedução replica na adoção de técnicas produtivas flexíveis assentadas no tipo monotecnológico e na gestão de multi-produtos.¹¹ Além disso, e segundo Benko (1999), se apresentam os processos de desintegração espacial e vertical da atividade de produção, mudando as estratégias empresariais. As empresas, em termos espaciais, procuram regiões que apresentem tanto as vantagens comparativas no mercado de trabalho, através de uma maior flexibilidade nas relações de trabalho, quanto os demais atributos competitivos que o ativo regional tem a oferecer. Quanto à desintegração vertical da empresa, pratica-se tanto a terceirização de atividades e da demanda, por firmas subcontratadas, quanto a melhor forma de se adotar os contratos para uma maior eficiência e eficácia das transações.

¹⁰ Os dois primeiros tratam de custos de transação e, o terceiro, apresenta a ótica regional.

¹¹ Refere-se ao uso da máquina polivalente (base técnica do modelo de acumulação flexível) que gera, simultaneamente, diversos produtos.

A partir da contribuição da Teoria do Custo de Transação e da percepção da força aglomerativa dos atributos de uma transação, tal como a especificidade do ativo regional, assim como das conclusões preliminares sobre o modelo CWS, verifica-se que o marco territorial de um distrito industrial tem implicações sugestivas. É exatamente nesse espaço geográfico limitado que forças pós-fordistas podem interagir, de forma a fortalecer a competitividade regional. A flexibilidade produtiva e de relações trabalhistas encontram, nesse ambiente, condições ideais de desenvolvimento, até o ponto em que as deseconomias de aglomeração tenham espaço para prevalecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado que mudanças estruturais têm se manifestado nas duas últimas décadas, os tradicionais modelos de desenvolvimento regional, fundado em trajetórias deterministas (Colin Clark, Rostow e Vernon), em bases de equilíbrio de mercado (Nurkse, Rodan, Lewis e Scitovsky), ou baseado em modelos de desequilíbrio (Perroux, Myrdal e Hirschman), não mais respondem, em sua plenitude, aos novos padrões dos processos produtivos, da gestão empresarial e da locação espacial. Esses novos parâmetros são resultados, respectivamente, das atuais inovações tecnológicas, das gestões de fluxo em detrimento à economia de estoque e da fragmentação regional. Esse artigo teve o propósito de levantar alguns elementos para reflexão, no pensar as novas formas de ações de desenvolvimento regional.

Esse intento envolveu tratar a região e a indústria como referência para a construção de um ambiente dinâmico e competitivo, em relação aos mercados em suas várias escalas regionais: local, nacional e/ou internacional. A região foi tratada no sentido de caracterizar a sua construção como uma área atrativa de investimentos e os atributos que permeiam o desenvolvimento endógeno. A indústria, em seu funcionamento dinâmico, tem sido, cada vez mais, observada no contexto das relações de transações fundamentada em contratos, bem como junto com os novos padrões de competitividade de mercado e cooperação de aglomerados, em uma dada região, fazendo-se assim ser dinâmica.



Dessa forma, verificou-se que a análise integrada da teoria dos custos de transação, como uma nova forma de estudar a região em seu aspecto endógeno, suscitou, como uma referência, a se pensar novas estratégias de desenvolvimento regional. Com isso, a percepção de que certas especificidades de ativos, se constituem elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica de aglomerados industriais, tais como o de natureza locacional, do capital humano e o ativo específico regional. Esses atributos de transação, juntamente com a menor incerteza com que se fazem as relações contratuais em torno de um cluster ou um distrito industrial, contribui para a aproximação dos estudos da organização industrial com os da economia regional. Dessa forma, revela-se uma nova perspectiva de análise que pode ser efetivamente pensada com o modelo CWS. Esse novo enfoque analítico implica fatores aglomerativos, na redução do custo de transação e, por conta do paradigma pós-fordista, um ambiente propício a maior competitividade da cadeia produtiva predominante naquele marco territorial.

À guisa de concluir estas reflexões, apreende-se que novos elementos de vertente regional e industrial precisam ser considerados, para as definições de políticas públicas de desenvolvimento regional, dado que os resultados dessas novas aglomerações, sejam na forma de arranjos produtivos locais e/ou distritos industriais, são promissores. Por outro lado, existe espaço para que essa aproximação, entre região e indústria, ganhe contornos teórico-conceituais mais nítidos.

Esse trabalho propôs algumas reflexões sobre o significado das novas estratégias de desenvolvimento regional e, mais que isso, indica um caminho a seguir.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forence, 1969.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 14, dez. 1996.

BECATTINI, Giacomo. Dal settore industriale al distretto industriale. Alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale. *Rivista de Economia e Política Industriale*, v. 5, n. 1, p. 7-21, 1979.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999. 266 p.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. In: WILLIAMSON, O; WINTWE, S. G. (Eds.) *The nature of the firm: origins, evolution, and development*. New York: Oxford University Press, 1993.

LAGES, André Maia Gomes. *A realocação espacial da indústria de calçados de couro brasileira na década de 90: aspectos teóricos e empíricos*. 2003. 176 f. Tese (Doutorado em Economia) – IE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campos, 1993.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forence, 1969.

SIFFERT FILHO, Nelson Pontes. A economia dos custos de transação. In: *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 103-128, dez. 1995.

SIMON, Herbert A. bounded rationality. In: EATWELL, John; MILDGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Eds.). *Utility and Probability: the new Palgrave*. New York: Macmillan, 1990. p. 15-18.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global. In: LENA, Lavinias et al. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

WILLIAMSON, Oliver E. The Economics of Governance. In: LANGLOIS, Richard N. *Economic as a Process*. New York: Cambridge University Press, 1986a. p. 171-202.

WILLIAMSON, Oliver E. *The Mechanism of Governance*. New York: Oxford University Press, 1996.